CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

SOLICITANTE: Comissão Permanente de Licitação

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preço nº2/2018-00006

FINALIDADE: Análise de legalidade de contratação de empresa especializada em serviços de recuperação de 6,50km de estradas vicinais localizadas no projeto de assentamento Fé em Deus e recuperação de 7,30km de estradas vicinais localizadas no projeto de assentamento Palheta, Zona Rural do Município de São Domingos do Capim/PA, em conformidade com as planilhas orçamentárias e projetos básicos que são partes inseparáveis do edital.

O processo em análise por esse controle é referente ao procedimento licitatório realizado na modalidade **Tomada de preço nº2/2018-00006**, objetivando a contratação de empresa especializada para recuperação de 6,50km de estradas vicinais localizadas no projeto de assentamento Fé em Deus e recuperação de 7,30km de estradas vicinais localizadas no projeto de assentamento Palheta, Zona Rural do Município de São Domingos do Capim/PA.

O procedimento ocorreu dentro das formalidades legais, conforme detalhado no processo, baseado na Lei nº8.666/93
É o relatório.

I- Do Controle Interno

Os artigos 31, 70 e 74 da CF/88, determinam as competências do controle interno na administração pública municipal, surgiu da necessidade de assegurar aos gestores o cumprimento das leis, normas e políticas vigentes, através do estabelecimento de mecanismos de Controle que possibilitem informações à sociedade, impedindo a ocorrência de fraudes e desperdícios, servindo de instrumento que visa garantir a efetividade, a produtividade, a economicidade e a rapidez na prestação de serviço público.

O controle interno é fundamental para se atingir resultados favoráveis em qualquer organização. Na gestão pública os mecanismos

de controle existentes previnem o erro, a fraude e o desperdício, trazendo benefícios à população.

II- Do procedimento

A modalidade de licitação Tomada de Preços é modalidade para quem já esteja cadastrado. Isso é muito importante. Também podem participar quem atenda a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia antes de as propostas serem recebidas. Esse “*cadastramento*” se refere à análise prévia da situação da empresa, por meio da verificação de sua habilitação jurídica, de sua regularidade fiscal, de sua qualificação econômico-financeira, de sua qualificação técnica e do cumprimento das exigências do Ministério do Trabalho com relação ao trabalho do menor, em conformidade com o disposto nos arts. 27 a 31 da Lei nº. 8.666/93, atribuindo-lhe, posteriormente, caso atenda a todos esses requisitos, o “*certificado de registro cadastral*”.

Observamos que no processo foram observados os princípios legais que são devidos a Administração, como legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, e ainda, os princípios da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Analisamos toda a documentação e constatamos que estão regulares e obedeceram aos requisitos do Edital, bem como constam nos autos os seguintes documentos:

- 1- Termo de Convênio nº871333/2018;
- 2- Projeto Básico de engenharia;
- 3- Solicitação de despesa;
- 4- Declaração de adequação orçamentaria e financeira assinada pelo Secretário de Administração e Finanças;
- 5- Autorização do Secretaria Municipal de Administração e Finanças para realização do processo licitatório.
- 6- Decreto nº011/2018-GAB/PREF-substituindo os membros da CPL;
- 7- Despacho de Minuta de Edital para análise Jurídica;
- 8- Minuta do Edital e Contrato;

- 9- Planilha Orçamentaria;
- 10- Publicações do aviso de Licitação;
- 11- DOE-JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO-MURAL;
- 12- Credencial dos Participantes
- 13- Habilitação;
- 14- Propostas de preços;
- 15- Ata de sessão de Habilitação;
- 16- Declaração de Renuncia
- 17- Ata de julgamento das propostas e documentos de habilitação;
- 18- Despacho do processo licitatório para análise de legalidade dos procedimentos realizados;

III- Conclusão

A empresa vencedora ofertou o menor preço, estando de acordo com os preços praticados no mercado e esta devidamente habilitada, bem como comprovou sua regularidade fiscal. Existe no presente autos declaração de previsão orçamentaria para realização das despesas, bem como fora adotado todos os procedimentos necessários contidos em convenio n°n°871333/2018.

Assim, após o exame do processo, entendemos que o mesmo esta de acordo com a legislação vigente e apto para que seja dado prosseguimento as demais etapas subsequentes.

Portanto, manifesto-me pela homologação do feito.

É o parecer.

Encaminhe-se os autos a Comissão permanente de Licitação.

Controle Interno da Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim/PA, 07 de Novembro de 2018.

Ellem Santana da Silva
Controladora Interna do Município
Decreto n° 006/2017/GP/PMSDC